

Votação dos nomes dos novos diretores do Banco Central e emenda constitucional fixando prazo de prescrição para ações trabalhistas estão na Ordem do Dia de hoje

Plenário vota hoje indicação de Fraga para o BC

Nomes do presidente indicado e de outros cinco diretores serão submetidos aos senadores na sessão de hoje à tarde

A indicação do economista Armínio Fraga e de cinco diretores do Banco Central será apreciada hoje pelo plenário do Senado, última etapa para aprovação dos nomes escolhidos pelo presidente da República, após a sabatina realizada na sexta-feira passada pela Comissão de Assuntos Econômicos. Fraga foi aprovado pela CAE por 21 votos a seis, após nove horas de perguntas feitas pelos

senadores. A sessão deliberativa de hoje se inicia às 14h30 e também inclui em sua Ordem do Dia a votação, em segundo turno, de emenda constitucional do senador Osmar Dias fixando em cinco anos o prazo de prescrição para as ações trabalhistas rurais. O empregado terá dois anos, após deixar o emprego, para ingressar com sua demanda junto à Justiça do Trabalho.

PÁGINA 2

Usuário poderá escolher data para pagar conta

Os usuários de serviços públicos do país poderão escolher entre seis diferentes datas para pagar as suas contas mensalmente. Foi aprovado pelo plenário do Senado ontem um projeto de lei com esse objetivo, oriundo da Câmara dos Deputados. Agora, para se tornar lei, a proposta depende apenas de sanção do presidente da República.

PÁGINA 3



Presidente do Congresso disse que está disposto a ajudar em tudo o que não violar o Regimento Interno ou a Constituição

ACM oferece colaboração a estados em dificuldades

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem que pretende colaborar para resolver a crise do endividamento dos estados, facilitando a tramitação de mensagens sobre operações de crédito ainda não votadas e sem parecer definitivo.

PÁGINA 4



Integrantes da CAE foram informados pelo relator que o empréstimo é parte de um desembolso total de US\$ 4,5 bilhões obtido junto ao Banco Mundial

CAE

Aprovado parecer de empréstimo externo

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem pareceres dos relatores Ney Suassuna e Osmar Dias, favoráveis à contratação de operações de crédito do Brasil junto ao Banco Mundial, no valor de US\$ 983 milhões, como parte do pacote de ajuda financeira acertado pelo governo com o Fundo Monetário Internacional. O assunto ainda vai a plenário.

PÁGINA 7

Plenário vota indicação de Armínio Fraga

Os senadores também apreciarão hoje os outros cinco nomes propostos pelo presidente da República para a diretoria do Banco Central

Alcântara lembra luta de João Calmon

Em homenagem à memória do ex-senador João Calmon, falecido em 11 de janeiro último, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) afirmou que na bandeira que o político capixaba empunhou ao longo de sua vida parlamentar estava inscrita uma palavra: educação. Pela causa educacional, segundo disse, Calmon arregimentou aliados, convenceu indecisos e conquistou adversários.

O senador lembrou que foi devido ao incansável esforço de João Calmon que se aprovou proposta de emenda à Constituição elevando para 18% da receita de impostos o percentual a ser aplicado pela União no ensino.

Acrescentou que, pela obstinação do ex-senador por uma causa tão nobre, a emenda ficou conhecida como Lei Calmon.

– Costumava dizer ele que não poderíamos esperar o ano 2000 para solucionar o problema da educação, pois cada ano perdido representa dez de estagnação ou de retrocesso – lembrou, ainda, Lúcio Alcântara, acrescentando que apenas a morte foi forte o bastante para separar Calmon do Senado.

Lúcio Alcântara observou que, mesmo depois de encerrado seu último mandato como senador, em janeiro de 1995, Calmon permaneceu na Casa, “prestando inestimável contribuição” ao Instituto Legislativo Brasileiro (ILB).

– É que, depois de lutar por décadas pela educação do povo, alimentava o sonho de contribuir para a educação da classe política. Aos 82 anos, às vésperas de seu falecimento, vamos encontrá-lo no ILB, trabalhando obstinadamente para alcançar mais um de seus ideais patrióticos, exercendo uma rotina de funcionário exemplar – concluiu.

O plenário do Senado vota hoje, em sessão que começará às 14h30, a indicação do nome do economista Armínio Fraga para o cargo de presidente do Banco Central.

Fraga foi sabatinado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) na última sexta-feira e sua indicação foi aprovada por 21 votos favoráveis e seis contrários.

Na mesma sessão, serão votados os nomes indicados pelo presidente Fernando Henrique Cardoso para as outras cinco diretorias do Banco Central. São eles: Daniel Luiz Gleizer, para a Diretoria de Assuntos Internacionais; Edison Bernardes dos Santos, para a Administra-



Armínio Fraga (à direita), durante a sabatina na CAE, onde seu nome foi aprovado por 21 votos a seis

ção; Luiz Carlos Alvarez, para Fiscalização; Luiz Fernando Figueiredo, para Política Monetária; e Sérgio Ribeiro da Costa Werlang, para a Diretoria de Política Econômica.

Ainda nesta quarta, o plenário

votará, em segundo turno, a proposta de emenda constitucional, apresentada pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR), que fixa em cinco anos o prazo de prescrição para as ações trabalhistas rurais. Atualmente, esse prazo só existe para as ações de trabalhadores urbanos.

De acordo com o projeto, todos os processos, rurais ou urbanos, poderão reivindicar direitos sobre cinco anos trabalhados. O trabalhador terá dois anos, depois de deixar o emprego, para apresentar sua ação na Justiça.

Transcorre na mesma sessão o quarto dia de discussão da proposta de emenda constitucional que cria juizados especiais na Justiça Federal.

Suplicy solicita informações sobre fundo Quantum

Em ofício enviado ontem, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) solicitou ao economista Armínio Fraga, indicado para presidir o Banco Central (BC), informações sobre as operações realizadas pelo Quantum – um dos fundos da Soros Fund Management –, que antecederam a sua indicação para o cargo.

Para Suplicy, o envio desses dados antes da votação do nome de Fraga pelo plenário do Senado, marcada para hoje, é “muito importante, em defesa de sua honorabilidade”.

Segundo o senador, durante a sabatina a que foi submetido pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) Fraga não respondeu diretamente à questão sobre as movimentações do Quantum nos meses de janeiro e fevereiro de 1999. Esse esclarecimento, na opinião de Suplicy, é fundamental para que Fraga responda as acusações levantadas por Simon Treacher, diretor de mer-



Para Eduardo Suplicy, a honorabilidade de Fraga permanece sob suspeita

cados emergentes do Morgan Grenfell, publicadas na revista *Carta Capital* desta semana.

– Fraga ignorou o fato de o sr. Treacher, qualificado como um grande investidor europeu, ter feito graves denúncias – declarou Suplicy.

O diretor do Morgan Grenfell

afirmou à revista que “houve ganhos suspeitos da comunidade de *hedge funds*”.

Na opinião de Treacher, é evidente que o Quantum valeu-se de informação privilegiada e que a coincidência dos *hedge funds* comprando e vendendo títulos e reais é gritante demais.

Na CAE, Fraga se disse espantado com as declarações de Treacher. Naquela ocasião, o economista contou aos senadores que quando um operador perde dinheiro coloca a culpa em alguém, dando origem aos boatos.

A solicitação de Suplicy também baseou-se em declaração do megainvestidor George Soros à *Folha de S. Paulo* do último domingo, autorizando Fraga a revelar os registros referentes às operações realizadas pelo Quantum nos primeiros meses deste ano.

AGENDA

QUARTA-FEIRA, 3 DE MARÇO DE 1999

Antonio Carlos Magalhães
Presidente

- ▶ 10h - Despacho interno
- ▶ 15h30 - Preside sessão deliberativa do Senado
- ▶ 18h30 - Lançamento do livro *A Cooperação Técnica e Financeira Internacional*, de autoria do senador Bernardo Cabral
Local: Salão Negro

PLENÁRIO

- ▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: *Parecer nº 68/99 sobre a Mensagem nº 74/99, que submete ao Senado Federal o nome de Armínio Fraga Neto para exercer o cargo de presidente do Banco Central do Brasil; *Pareceres nº 69, 70, 71, 72 e 73/99, respectivamente, sobre as Mensagens nºs 77/99, 78/99, 79/99, 80/99 e 81/99, que submetem ao Senado os nomes de Daniel Luiz Gleizer, Edison Bernardes dos Santos, Luiz Carlos Alvarez, Luiz Fernando Figueiredo e Sérgio Ribeiro da Costa Werlang para exercerem cargos de diretor do BC; votação em 2º turno da *PEC nº 64/95, que dispõe sobre prazo prescricional das ações trabalhistas; e quarto dia de discussão em primeiro turno da PEC nº 1/99, que cria juizados especiais na Justiça Federal.

ESPECIAL

- ▶ 12h - Cultura ao Meio-Dia
Filme: *A Fraternalidade é Vermelha*, dirigido pelo polonês Krzysztof Kieslowski. Último filme da trilogia sobre as cores da bandeira da França.
Local: Auditório Petrônio Portella

PREVISÃO PARA A SEMANA

- Quinta-feira (4.3.99)
- ▶ 10h - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Quinto e último dia de discussão em primeiro turno da *PEC nº 1/99, que cria juizados especiais na Justiça Federal.
- Sexta-feira (5.3.99)
- ▶ 9h - Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúcio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade
Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Usuário escolherá data para pagar serviço público

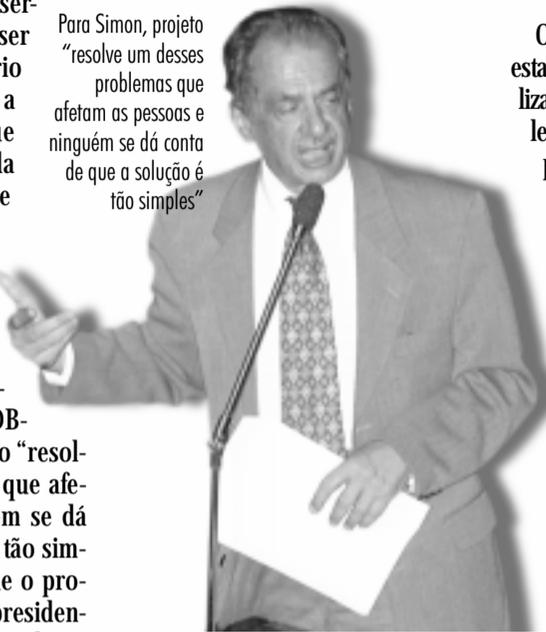
Aprovado ontem pelo plenário do Senado e pronto para ser encaminhado à sanção presidencial, projeto resolve problema de pessoas que atrasam pagamento porque vencimento das contas não coincide com data dos salários

As concessionárias de serviços públicos poderão ser obrigadas a dar ao usuário seis opções de data para a escolha de uma em que será feito o pagamento da conta. Projeto de lei nesse sentido foi aprovado ontem pelo Senado e, agora, será encaminhado à sanção do presidente da República.

O relator da matéria, senador Pedro Simon (PMDB-RS), afirmou que o projeto "resolve um desses problemas que afetam as pessoas e ninguém se dá conta de que a solução é tão simples". Para ele, assim que o projeto for sancionado pelo presidente da República, os consumidores poderão escolher um único dia do mês para pagar todas as contas, evitando com isso o vencimento de alguma delas antes de receber seus salários.

Apesar de o projeto não determinar as seis datas que devem ser ofertadas aos consumidores, Pedro Simon sugeriu que as conces-

Para Simon, projeto "resolve um desses problemas que afetam as pessoas e ninguém se dá conta de que a solução é tão simples"



sionárias coloquem datas de vencimento de cinco em cinco dias. O projeto foi apresentado na Câmara pela deputada Vanessa Felippe, para quem a alternativa reduzirá a possibilidade de que as pessoas paguem multas e juros por atraso de pagamento de contas, por causa das diferentes datas de vencimento.

CAVERNAS

O substitutivo ao projeto de lei que estabelece normas de proteção e utilização das três mil cavernas brasileiras acabou não sendo votado pelo plenário, por ter recebido uma emenda de redação. Com isso, a proposta irá à Comissão de Assuntos Sociais, para análise da emenda. Durante a discussão, a senadora Marina Silva (PT-AC), líder do Bloco Oposição, manifestou apoio ao projeto que, entre outras coisas, proíbe qualquer obra a menos de 300 metros da entrada de qualquer caverna.

Ainda na sessão de ontem, foi discutida a proposta de emenda constitucional que cria juizados especiais no âmbito da Justiça Federal. O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) defendeu a aprovação do projeto, observando que ele corrige uma lacuna deixada pelos constituintes de 88. A proposta ainda terá de ser discutida por mais duas sessões e, se não forem apresentadas emendas de plenário, poderá ser votada nos próximos dias.

ACM rebate críticas de Almir Pazzianotto

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem que o vice-presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Almir Pazzianotto, demonstrou "incompetência" e "falta de caráter" ao fazer referências pessoais quando criticava sua proposta de extinção de alguns tribunais:

– Primeiro, o ministro Pazzianotto diz que tem dois mil processos, e prova que trabalha pouco. Segundo, ele apelou, quando disse que fui afetado pelas tragédias pessoais. Isso é uma demonstração de incompetência e de falta de caráter. É verdade que o destino me marcou, há menos de um ano, com uma grande tragédia, e Deus tem me dado a força de enfrentá-la; parece até que, imbuído da perda do Luiz Eduardo, tenho feito muita coisa que ele gostaria que eu fizesse na minha vida – afirmou.

O senador disse que, mesmo

conhecendo as tragédias pessoais da vida do ministro, "que são produto de falta de caráter", não as mencionaria, mas relatou outros fatos que contradizem as palavras de Pazzianotto sobre o TST.

– Não é uma tragédia, por exemplo, eu dizer uma verdade: por três ou quatro vezes ele esteve em meu gabinete, primeiro o de senador e depois o de presidente do Senado, para dizer mal do Tribunal do Trabalho. Disse que queria se aposentar para entrar na política, e também manifestou desejo de voltar ao Ministério com Fernando Henrique. Estava enfadado, ou dos seus colegas, ou do tribunal – declarou.

Antonio Carlos rebateu também a afirmação de Pazzianotto de que o Congresso seria incompetente no que se refere às questões trabalhistas.

– O Congresso é competente para manifestar-se sobre questões de todo o Brasil. Ele é que não é competente, nem como ministro, nem como político – concluiu.

Correio Braziliense será homenageado por prêmio

A primeira hora da sessão do Senado de amanhã será destinada a homenagear o jornal *Correio Braziliense*, por ter recebido o prêmio World's Best Design, concedido pela Society for News

Design. Requerimento com esse objetivo, encabeçado pelo senador Luiz Estevão (PMDB-DF), foi aprovado pelo plenário na sessão de ontem.



RESULTADO DA ORDEM DO DIA

TERÇA-FEIRA, 2 DE MARÇO DE 1999

1

Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 1999 (nº 526/97, na Câmara dos Deputados). Presidente da República. Acrescenta parágrafo único ao art. 98 e altera as alíneas "v" do inciso I do art. 102 e "c" do inciso V do art. 105 da Constituição federal. (criação de juizados especiais - *habeas corpus* tribunal superior STF e tribunal estadual STJ). Parecer nº 57/99-CCJ, Relator: Senador José Fogaça, favorável.

Resultado: A matéria retorna à Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de amanhã, para o quarto dia de discussão, em primeiro turno.

2

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 1996 (nº 5.071/96, na Casa de origem). Dispõe sobre a proteção das cavidades naturais subterrâneas, em conformidade com o inciso X do art. 20 e o inciso V do art. 216 da Constituição federal e dá outras providências. Parecer nº 203/98-CDir, Relator: Senador Ronaldo Cunha Lima, oferecendo a redação do vencido.

Resultado: Lida a Emenda nº 1-Plen, de redação. À CAS para apreciação da emenda.

3

Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 1997 (nº 2.124/96, na Casa de origem). Dispõe sobre a obrigatoriedade de as concessionárias de serviço público estabelecerem ao consumidor e ao usuário datas opcionais para o vencimento de seus débitos. Parecer nº 412/98-CCJ, Relator: Senador Pedro Simon, favorável.

Resultado: Aprovado. À sanção.

Fonte: Secretaria Geral da Mesa



Dirigentes do Grupo Silvio Santos apresentaram a Antonio Carlos a estratégia do consórcio formado para oferecer mais uma alternativa de TV por assinatura

Grupo Silvio Santos expõe opção de TV a cabo

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem o presidente do Grupo Silvio Santos, Luiz Sandoval, que apresentou ao senador a estratégia do consórcio formado para oferecer mais uma alternativa de TV por assinatura com a meta principal de atender o mercado do Nordeste.

A nova organização de TV por assinatura, que será distribuída via cabo, reúne o Grupo Silvio Santos, a Rede Bandeirantes de Televisão, o *Jornal do Brasil* dois grupos de investidores norte-americanos. A organização já conquistou o direito de operar em 12 cidades nordestinas, com destaque para Salvador

(BA), Feira de Santana (BA) e Aracaju (SE).

O trabalho será desenvolvido por meio da TV Cidade. Sandoval informou o senador Antonio Carlos Magalhães sobre o potencial de assinantes (450 mil) e o custo da assinatura (R\$ 25), "o mais baixo do mercado".

ACM promete colaborar para resolver a crise do endividamento dos estados

“Só não farei o que não for regimental ou constitucional”, afirmou o presidente do Senado, ao anunciar a possibilidade de uma revisão nas operações não votadas ou sem parecer de comissões

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou ontem, a propósito de declarações do governador do Rio, Anthony Garotinho, que vai colaborar para resolver a crise do endividamento dos estados, fazendo tudo que estiver a seu alcance, dentro do Regimento e de acordo com a Constituição:

– Estou disposto a criar facilidades para os estados, inclusive o Rio de Janeiro, e ajudar naquilo que for possível. Só não farei o que não for regimental nem constitucional; mas tudo o mais, posso fazer – disse.

O senador esclareceu que os



Antonio Carlos garante que o Senado não tem sido omissivo em relação à crise vivida pelos estados

projetos referentes a operações de crédito dos estados ainda não votados pelo plenário e sem parecer definitivo das comis-

sões podem passar por uma revisão, bem como aqueles que retornem às comissões a pedido de senador.

Antonio Carlos não aceitou a qualificação de “omisso” em relação ao desempenho do Senado na crise dos estados:

– Omissivo, não. O Senado pode ter sido generoso com as dívidas dos estados; o Wilson Kleinübing reclamava muito disso – acrescentou.

Sobre as críticas feitas ao FMI, por conta dos cortes em programas de governo, Antonio Carlos disse:

– O governo alega que o responsável pelos cortes é o FMI. Mas, se o responsável for mesmo o governo, que as críticas que sejam transferidas para ele.



Dutra critica governo por não usar mecanismos para amenizar efeitos da crise nos estados

Dutra aponta esvaziamento de Sergipe

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) citou ontem a política econômica do governo federal e a “omissão” do governador de Sergipe, Albano Franco, como fatores que têm provocado o esvaziamento econômico de seu estado. “Depois de crescer mais do que a média nacional na década de 70 e até meados da de 80, o estado vem definhando em termos industriais e comerciais, sem que o governador nada faça para reverter o quadro”, criticou.

Para Dutra, o governo federal não está usando seus mecanismos para minorar os efeitos da crise nos estados mais pobres, como é o caso das verbas do BNDES. “Enviei requerimento de informações ao Ministério da Fazenda e, na resposta, ficou claro ser decrescente a aplicação de recursos em estados das regiões Norte e Nordeste, enquanto é crescente sua destinação a estados do Sudeste, em especial São Paulo.”

O senador disse não aceitar a insensibilidade de tecnocratas que transformam o banco em balcão para financiar empreendimentos segundo as leis de mercado. “Em Sergipe, estamos vendo o definhamento da indústria têxtil, a queda na construção civil, bem como a transferência de atividades da Petrobras para a Bahia, diante de uma postura tímida do governador”, acrescentou.

José Eduardo Dutra reconheceu que o remédio para essa situação não é mágico. “Mesmo assim, a CUT e o MST promoveram uma grande manifestação em Aracaju para “sacudir a população” e denunciar a política macroeconômica do governo federal, bem como “a omissão do governador Albano Franco, que, em 1994, se elegeu prometendo atrair empreendimentos industriais para gerar 100 mil empregos até 1999, e não cumpriu suas promessas”, concluiu.

Senador vê reunião com naturalidade

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, considerou “natural” a presença do governador de Minas Gerais, Itamar Franco, ontem, nas dependências do Senado Federal. Antonio Carlos lembrou que Itamar já foi senador e citou o fato de ele ter se reunido com a bancada de parlamentares de seu partido, o PMDB, na Casa. O presidente reafirmou, no entanto, suas discordâncias com relação à atuação política de Itamar, avaliando que suas ações acabam sendo “contra Minas”.

No entender de Antonio Carlos, se Itamar está isolado “é porque quer”. O senador discordou das opiniões favoráveis a uma iniciativa direta do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, para que seja restabelecido o diálogo com o governador mineiro.

“O presidente pode até ligar, mas, se fosse eu, não ligava”, observou. O senador revelou que, para facilitar os contatos de Itamar Franco com os senadores, liberou o uso de uma sala para uma reunião do governador com o Bloco Oposição.

PMDB propõe diálogo de Minas com União

A bancada do PMDB no Senado decidiu ontem propor uma reunião entre as autoridades financeiras de Minas Gerais e do governo federal para que seja tentado um acordo visando ao cumprimento do contrato da dívida entre o estado e a União. A decisão foi tomada, por unanimidade, em reunião da qual participaram o governador de Minas Gerais, Itamar Franco, o vice-governador, Newton Cardoso, e deputados estaduais.

A proposta partiu do senador Roberto Requião (PMDB-PR), depois de Itamar ter-se recusado novamente a conversar com o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. Segundo o senador – que considera correta a postura do governador –, o país não pode conviver com um conflito entre a União e qualquer estado da Federação.

O presidente do PMDB e líder do partido no Senado, Jader Barbalho (PA), informou que os peemedebistas defendem, também, a constituição de uma comissão especial no Senado, destinada a avaliar não somente o quadro econômico de Minas Gerais, mas de todos os estados e municípios.

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC), que também participou da reunião, afirmou que existe a necessidade real de o gover-



Na sala da Comissão de Justiça do Senado, no início da noite, Itamar Franco fala para senadores e deputados da oposição sobre a situação da dívida de Minas Gerais

no federal renegociar as dívidas de Minas Gerais. O senador Ney Sussana (PMDB-PB) disse que seu partido está unido no sentido de encontrar saídas para o problema. Ele elogiou o senador Jader Barbalho pela condução das tentativas de um entendimento entre o presidente Fernando Henrique Cardoso e o governador Itamar Franco.

Para o senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), o Brasil vive uma situação muito difícil e os problemas não são só da União, mas também dos estados e municípios. Ele disse que ou se chega a um entendimento ou a situação do país ficará ainda mais complicada.

Itamar Franco, segundo o senador Amir Lando (PMDB-RO), convenceu os senadores peemedebistas sobre a impossibilidade de Mi-

nas Gerais continuar honrando o pagamento das parcelas referentes à rolagem de suas dívidas com a União.

Antes de participar da reunião, Itamar Franco fez uma visita à senadora Heloisa Helena (PT-AL), em seu gabinete. Segundo a senadora, a visita foi “uma delicadeza” feita por Itamar para agradecer o seu apoio.

No início da noite, mais de 150 parlamentares de oposição receberam o governador de Minas Gerais, na sala da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado. O encontro, que estava previsto para reunir apenas os 14 senadores que compõem o Bloco Oposição, foi ampliado, contando com a adesão de dezenas de deputados federais e de três senadores que não integram o bloco.

Maguito quer garantir verba para merenda escolar

A possibilidade de o governo federal cortar gastos na área social é condenada pelo senador em seu primeiro discurso no plenário, durante o qual ele criticou os juros altos e defendeu um “projeto forte de desenvolvimento”

Em seu primeiro discurso no plenário, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) disse que não aceita a intenção do governo federal de reduzir os investimentos na área social, principalmente verbas destinadas à merenda escolar. “Se tem dinheiro até para socorrer bancos mal administrados, tem que ter dinheiro para investir no combate à fome e à miséria”, sustentou.

Maguito Vilela condenou a “política insuportável de juros altos” e pediu “um projeto forte de desenvolvimento”, o qual, a seu ver, passa por uma política de total apoio à agricultura, inclusive pela implantação definitiva do seguro rural. Depois de pedir ao governo federal que recupere rodovias e ferrovias do país, o senador ponderou que chegou a hora de se dar valor “a quem produz neste país”.

Ao comentar a reunião da última sexta-feira entre o presidente Fernando Henrique Cardoso e os governadores, Maguito Vilela se disse preocupado porque nada se falou para resolver os problemas dos municípios do país. “A maioria esmagadora das prefeituras em todo o Brasil está para fechar as portas, o que seria um caos para a população. São os prefeitos que socorrem as necessidades imediatas da população.” O senador pediu ao presidente da República que crie também um grupo para avaliar a situação e apontar soluções para os problemas dos municípios.

Maguito lembrou sua carreira política, que começou como vere-



Maguito Vilela pediu ao governo a criação de um grupo que analise a situação dos municípios

ador na cidade de Jataí e passou pela Assembléia Legislativa, pela Câmara dos Deputados e pelo governo de Goiás. Disse que no Senado não vai mudar sua forma de

atuação. “Falo às claras, sem rodeios ou reticências. Não deixo dúvidas sobre o que penso ou que farei. Não sou homem de meias palavras.” Ele defendeu a aprovação da reforma política, inclusive da fidelidade partidária.

No discurso, o senador falou de sua administração em Goiás, quando implantou um programa de ajuste e modernização administrativa, o qual reduziu os gastos estaduais com pessoal de 83% para 62% das receitas. Maguito assinou que, ao lado do ajuste econômico, implantou um programa de distribuição de cestas com 28 quilos de alimentos (144 mil famílias) e de um litro de leite com pão para 90 mil crianças pobres de até seis anos. Os alimentos só eram distribuídos às famílias que mantivessem as crianças na escola e,

com isso, 19 mil voltaram a estudar e o índice de aprovação escolar em Goiás ficou 20% acima da média nacional, segundo o senador.

Maguito Vilela recebeu apertes, com apoio, dos senadores Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), Jader Barbalho (PMDB-PA), Arlindo Porto (PTB-MG), Luiz Estevão (PMDB-DF), Casildo Maldaner (PMDB-SC) e Iris Rezende (PMDB-GO). Iris afirmou que Maguito se destaca por sua capacidade administrativa, idealismo e lealdade. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, também se associou às boas-vindas ao novo senador por Goiás. Já o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) destacou o programa de distribuição de cestas básicas vinculadas à manutenção de crianças na escola.

Jader diz que PMDB não aceita privatização do Banco do Brasil

O PMDB não concorda com a privatização do Banco do Brasil, da Petrobras e da Caixa Econômica Federal. A posição do partido foi transmitida durante a sessão de ontem pelo senador Jader Barbalho, líder do partido no Senado e presidente nacional do PMDB.

– Não imaginem privatizar sem nossa repulsa, nosso protesto, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e a Petrobras, para pagamento de dívida pública. O

PMDB não contribuirá para que seja alienado o patrimônio público, a ser consumido com o pagamento de juros altos – afirmou Jader, durante aparte que fez ao discurso de estréia do senador Maguito Vilela (PMDB-GO).

O líder peemedebista, que refutou a hipótese de se cortarem gastos da área social, observou que o Banco do Brasil tem funcionado como instrumento de política econômica para o setor rural, enquanto a CEF tem cui-

dado da habitação.

– Se o Banco do Brasil precisa de correção, para não dar balanços com prejuízos e atuar da melhor forma, muito bem. Se a Caixa precisa redimensionar sua atuação, tudo bem. Entretanto, eliminar instrumentos que possam diminuir a grave situação social que se apresenta, não terá a concordância do PMDB – continuou.

Jader Barbalho sustentou que o governo deve examinar o alon-

gamento do perfil da dívida pública interna, “esticando o prazo de devolução àqueles que têm dinheiro aplicado - e não dando calote. A gente pobre do Brasil não dá mais para apertar”.

Jader quer manter como estatais, além do Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e a Petrobras



Cabral lança livro sobre cooperação internacional

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) lança às 18h de hoje, no Salão Negro do Congresso, o livro *A Cooperação Técnica e Financeira Internacional*. A obra, com 693 páginas, traz informações e esclarecimentos sobre a solicitação de apoio internacional a projetos de importância para o desenvolvimento do país que, conforme o senador, muitas vezes não são levados adiante devido à falta de orientação e ao desconhecimento dos trâmites junto aos organismos internacionais.



O lançamento do livro ocorrerá às 18 horas, no Salão Negro do Congresso Nacional

Amorim culpa ex-governador por situação difícil de Rondônia

As dificuldades enfrentadas pelo governador de Rondônia, José Bianco, são, na opinião do senador Ernandes Amorim (PPB-RO), fruto da má administração de seu antecessor, Valdir Raupp. Em comunicado de líder feito ontem, o senador manifestou seu apoio a Bianco, que anunciou redução nos salários dos servidores públicos estaduais.

– A população está a apedrejar o governador e nós sabemos que não é culpa dele e, sim, de uma administração desastrosa do passado. Esperamos que os órgãos competentes possam punir o ex-governador e seus secretários pelos prejuízos que deram ao estado – declarou Amorim.



Ernandes Amorim registrou aumento da dívida de R\$ 250 milhões para mais de R\$ 2 bilhões

Segundo o senador, no governo anterior a dívida do estado aumentou de R\$ 250 milhões para mais de R\$ 2 bilhões, levando as finan-

ças públicas à beira da falência. O senador citou ainda a intervenção do Banco Central no Banco do Estado de Rondônia (Beron), que teria aumentado a dívida do estado. Ele disse que o estado está pagando a dívida antes mesmo de aprovada pelo Senado. Para agravar a situação, acrescentou, o governo federal está impossibilitado de fazer repasses para socorrer Rondônia.

– Estamos preocupados com os acontecimentos no estado de Rondônia. Mas estamos aqui para apoiar o ex-senador José Bianco nesta empreitada. Com certeza, os problemas serão resolvidos sem maiores prejuízos para o estado – concluiu Amorim.

Ronaldo pede transposição de águas do São Francisco

O custo da obra, segundo o senador, seria inferior ao que o governo vem gastando com a manutenção de frentes de trabalho nos períodos mais graves de estiagem. Ele alerta para esvaziamento de açude que abastece Campina Grande

Em vez de esperar que a asa branca anuncie água, o sertanejo quer que um tucano resolva o problema da seca no Nordeste. A afirmação foi feita ontem pelo senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), ao dirigir, da tribuna, apelo ao presidente Fernando Henrique Cardoso para que agilize a execução do projeto de transposição de águas do rio São Francisco.

De acordo com Ronaldo Cunha Lima, o custo da obra seria inferior ao que o governo vem gastando com a manutenção de frentes de trabalho nos períodos mais agudos da estiagem. "Os custos financeiros não são altos, o que está custando é o início da obra", lamentou. A execução do projeto, segundo o



Ronaldo Cunha Lima lembra que promessa de transposição de águas já tem 100 anos

senador, significaria o cumprimento de uma promessa que já dura 100 anos.

Ronaldo alertou, também,

para a iminente catástrofe que deverá ocorrer no momento em que o açude Epitácio Pessoa, que abastece a cidade de Campina Grande (PB) e região, estiver totalmente seco. Segundo o parlamentar, o açude, que tem capacidade para 536 milhões de metros cúbicos de água, está com pouco mais de 80 milhões de metros cúbicos, o que garante o fornecimento para apenas seis meses. A população atingida ultrapassa um milhão de pessoas.

O senador Edison Lobão (PFL-MA) disse, em aparte, que não consegue entender a insensibilidade de alguns técnicos e políticos que colocam obstáculos à

concretização do projeto de transposição do São Francisco. "Pelos benefícios que trará, essa obra não custará quase nada. O governo precisa tomar a decisão política de fazê-la", disse Lobão.

Já o senador Tião Viana (PT-AC), também em aparte, lembrou campanha feita em 1993 pela Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência que procurou conscientizar os governantes para os benefícios de oferecer água para a população. Segundo informou, os índices de mortalidade infantil seriam reduzidos à metade, caso todos recebessem água de boa qualidade.

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) também manifestou

solidariedade ao pronunciamento de Ronaldo Cunha Lima, lembrando que não é a primeira vez que o senador pela Paraíba chama a atenção para os problemas que poderão surgir caso não sejam adotadas providências imediatas em benefício da região.

Ronaldo denunciou, ainda, a suspensão de financiamento para as frentes produtivas de emergência que pode deixar milhares de famílias em vários municípios de seu estado sem nenhum rendimento. O senador informou, citando telegramas recebidos de prefeitos da região, que a estiagem ainda persiste e as famílias não têm como iniciar suas plantações de subsistência.

Pacto federativo é tema de Raul Velloso na TV Senado

"O problema da negociação da dívida dos estados com a União foi o governo federal não ter criado antes as condições para que os estados pudessem pagar mensalmente os 13% da receita líquida." A avaliação é do economista Raul Velloso, em entrevista ao programa *Agenda Econômica*, da TV Senado, que vai ao ar hoje às 13h30 e 21h15, com reapresentação no domingo, às 19h30.

Segundo Raul Velloso, o Brasil é mestre em elaborar leis e regras rígidas sem que sejam criadas, também, as condições para que as normas sejam cumpridas. Ele cita a Lei Camata como exemplo disso e acredita que o seu cumprimento só será possível se for aplicada nos estados e municípios a contribuição dos ativos e inativos para a Previdência.

O economista afirma, na entrevista, que o novo pacto federativo é, na realidade, um pedido de mais dinheiro pelos governadores para pagar os 13% ao governo federal, evitando desgastes com demissões. "Os governadores estão confundindo questões conjunturais com o verdadeiro pacto federativo", avalia.

Mesmo com a crise que o Brasil está vivendo, Velloso desenha um cenário otimista para o segundo semestre deste ano, com a queda da taxa de câmbio, dos juros, da inflação, do aumento das exportações e da melhora no balanço de pagamentos. Segundo ele, a dívida líquida em relação ao PIB continuará em torno de 44% no final do ano.

Mozarildo propõe criação de novos estados na Amazônia

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) propôs ontem o desmembramento dos três maiores estados do país – Amazonas, Pará e Mato Grosso – para formar três novas unidades da Federação, visando aliviar problemas desses verdadeiros "latifúndios ingovernáveis" por sua extensão territorial.

– Estou apresentando hoje à Mesa três projetos de decreto legislativo criando os estados de Rio Negro, Tapajós e Alto Solimões e prevendo a realização do plebiscito das respectivas populações, por ocasião das eleições municipais do ano 2000 – disse.

Mozarildo já apresentou, na semana passada, requerimento para a formação de uma comissão no Senado com o objetivo debater questões de redefinição territorial. "Num momento em que se discute um novo pacto federativo, acredito que se deve perguntar se a crise que o país atravessa, além do mau gerenciamento, também não decorre do fato de o governo federal pensar somente nas regiões litorâneas e desenvolvidas do país, esquecendo-se do interior", argumentou.

Em aparte, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) disse ser favorável, em tese, à divisão de estados muito extensos, mas argumentou que "os problemas de déficit público inviabilizam a proposta para os próximos quatro ou cinco anos, uma vez que novos estados vivem anos dependendo de recursos federais".

Para o senador José Jorge (PFL-PE), o principal entrave à criação de



Mozarildo classificou os atuais estados da região como "latifúndios ingovernáveis"

novos estados está na representação política na Câmara, onde estados mais populosos, como São Paulo, alegam haver distorção na proporcionalidade do número de deputados. "Como não podem ter mais do que 70, não aceitariam a existência de mais estados de pouca população com oito representantes, alegando que, para manter essa proporção, deveriam ter 100 ou 110 deputados", observou.

Também em aparte, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) considerou "impossível" a criação de novos estados, em função das atuais exigências da legislação, em especial a necessidade de aprovação da proposta em plebiscito realizado em todos os municípios do estado, e não apenas naqueles que formariam a nova unidade da Federação. "Precisaria haver um consenso das lideranças no sentido de que todos ganhariam com a nova divisão territorial", disse ele.

Marina condena cortes de recursos para obras sociais

Com base em artigos publicados na imprensa, a senadora Marina Silva (PT-AC) fez ontem um alerta, em plenário, para o perigo dos cortes de recursos destinados a programas sociais, o que, a seu ver, pode aumentar a ameaça da divisão dos seres humanos em cidadãos de primeira e segunda classes.

– Políticas públicas criadas para minorar o sofrimento da população de excluídos estão sendo suprimidas. Devemos ficar atentos a essa postura do governo federal – disse Marina ao referir-se a artigo do jornalista Josias de Souza, da *Folha de S. Paulo*, para quem, mantido o processo de eliminação de políticas sociais, promovido pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, a maior parte da população do país será "lixo reciclável".

A senadora também citou livro do economista e ex-governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque, que aponta o risco de uma bifurcação da raça humana, fruto da exclusão social. Os artigos mencionados, para Marina, ilustram o início desse processo no cenário nacional, em que parte da população terá acesso à saúde, educação, lazer e cultura, com maior possibilidade de crescimento e desenvolvimento, enquanto outra parte será excluída.

– Enquanto uns podem formar uma super-raça, humanos de primeira classe, outros, que não têm acesso a moradia ou transporte,



Marina Silva vê divisão da humanidade entre cidadãos de primeira e segunda classes

vão se distanciando do padrão de desenvolvimento, se transformando em humanos de segunda classe, o "lixo humano" que insiste em viver, apesar das adversidades e dos cortes nas políticas sociais empreendidos pelo governo federal – afirmou.

Como exemplo, Marina recordou evento ocorrido no Acre, que contou com a presença do então presidente do Incra, Raul Jungman. Na ocasião, disse, muitas pessoas não puderam comparecer por não terem vestes. Em outras localidades do estado, a senadora comentou que pessoas têm que andar até duas horas a pé para conseguir um quilo de sal.

– Elementos básicos, como moradia, transporte e educação, nos dariam os meios para evitarmos esse terrível processo de globalização da miséria e de apropriação indébita e cumulação da riqueza social por meia dúzia de incluídos – afirmou.

CAE aprova empréstimo do Banco Mundial

Comissão avaliza pareceres dos relatores, favoráveis à contratação de operações de crédito externo no valor de US\$ 983 milhões, como parte da ajuda financeira acertada com o FMI e outras entidades internacionais

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), aprovou ontem pareceres dos senadores Ney Suassuna (PMDB-PB) e Osmar Dias (PSDB-PR) favoráveis à contratação de operações de crédito externo, no valor total de US\$ 983 milhões, junto ao Banco Mundial.

Os recursos são parte da ajuda financeira de US\$ 41,5 bilhões a ser concedida pelo Fundo Monetário Internacional e organizações multila-

terais ao Brasil. Os dois pareceres ainda serão votados pelo plenário.

O parecer de Ney Suassuna autorizava a contratação de operação de crédito externo de US\$ 757,5 milhões para ajustes da Previdência Social. Segundo Suassuna, o empréstimo também servirá para pagar parcelas do serviço da dívida. O senador disse que o ministro da Fazenda, Pedro Malan, explicou que o Banco Mundial empresta em várias modalidades, que se encaixam, nes-

se caso, às necessidades do Brasil.

Aos senadores Osmar Dias, José Eduardo Dutra (PT-SE), Pedro Piva (PSDB-SP) e Jefferson Péres (PDT-AM), Suassuna explicou que o total a ser concedido

pelo Banco Mundial dentro da ajuda ao Brasil é de US\$ 4,5 bilhões, e que esses empréstimos são apenas parte do acordo.

Piva e Dutra ponderaram, no entanto, que as condições desse empréstimo não são favoráveis ao país, devido aos juros. Dutra observou que os juros estabelecidos no acordo, de 4% ao ano, ficam, na verdade, em 9,59%, devido a taxas e custos da operação incluídos, o que é considerado um patamar muito alto para o país pagar, agravando consequentemente seu endividamento externo.

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) disse que os recursos servirão para aperfeiçoar o sistema de previdência social e evitarão que o governo lance mão de recursos do

Tesouro. Lauro Campos (PT-DF), que vota contra todos os pedidos de empréstimos externos na CAE, disse que a dívida externa do país já está em US\$ 240 bilhões. "Estamos nos endividando irresponsavelmente", afirmou.

O segundo parecer, de Osmar Dias, analisava o empréstimo de US\$ 252,5 milhões, que se destina, na modalidade de ajuste setorial, à Rede de Proteção Social para o Brasil. O senador ressaltou que, embora conste no contrato que o empréstimo é destinado a esse fim, "os recursos do financiamento não contribuirão para a realização desse tipo de ação".

– Não é por outra razão que o desembolso será realizado em uma única parcela, que o prazo

para pagamento é de apenas cinco anos e que, conforme se mencionou no relatório, os recursos serão utilizados para amortização de dívida externa. Nesse sentido, cumpre registrar que não foi sequer anexada ao processo a carta do governo federal, referida no início da minuta do contrato, e cujos termos descreviam o Programa de Proteção Social já desenvolvido, justificando a oportunidade de o Banco Mundial conceder o empréstimo – afirmou Osmar Dias.

Os dois pareceres foram aprovados pela CAE com os votos contrários dos senadores José Eduardo Dutra, Eduardo Suplicy (PT-SP), Lauro Campos e Roberto Saturnino (PSB-RJ).



Só quatro senadores votaram contra os pareceres, que agora vão à apreciação do plenário

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h55 – Senado em Pauta
7h – Saúde Todo Dia – Musculação
7h30 – Especial Unip – Pediatria – 1ª parte
7h55 – Senado em Pauta
8h – Saúde Todo Dia – Ginástica Olímpica
8h30 – Jornal do Senado
8h55 – Senado em Pauta
9h – Cores do Brasil – Em destaque, Olinda
9h30 – Entrevista – O padre Luiz Basségio fala sobre a Campanha da Fraternidade de 1999
9h55 – Senado em Pauta
10h – Cores do Brasil – Em destaque, Bahia
10h30 – Saúde Todo Dia – Musculação
10h55 – Senado em Pauta
11h – Especial Unip – Cirurgia da obesidade – 1ª parte
11h30 – Espaço Cultural – "Coral do Senado"
12h30 – Entrevista – O padre Luiz Basségio fala sobre a Campanha da Fraternidade de 1999
12h55 – Senado em Pauta
13h – Cores do Brasil – Dendê da Bahia
13h30 – Agenda Econômica – O economista Raul Velloso fala sobre as leis de responsabilidade fiscal e da renegociação das dívidas dos municípios
14h30 – Sessão Plenária (ao vivo) – Em destaque: Mensagem que submete o nome de Arminio Fraga Neto para o cargo de presidente do Banco Central e mais cinco diretores desta instituição

18h30 – Cores do Brasil – Diamantina
19h – Palestra – O poder da sabedoria
20h – Cores do Brasil – Brasília
20h30 – Entrevista – O padre Luiz Basségio fala sobre a Campanha da Fraternidade de 1999
21h – Jornal do Senado
21h15 – Agenda Econômica – O economista Raul Velloso fala sobre as leis de responsabilidade fiscal e da renegociação das dívidas dos municípios
21h55 – Senado em Pauta
22h – Sessão Plenária (representação)

RÁDIO SENADO FM

HOJE

8h – Agenda Senado
Em seguida – Música e informação
14h30 – Sessão Plenária (ao vivo)
Em seguida – Música e informação
19h – "A Voz do Brasil"
Em seguida – Música e informação
20h30 – "Senado em Linha Direta – Edição Nordeste"
Em seguida – Música e informação
21h – "Senado em Linha Direta – Edição Norte/Centro-Oeste"
Em seguida – Música e informação
21h30 – "Senado em Linha Direta – Edição Sul/Sudeste"
Em seguida – Música e informação
0h – Sessão Plenária (reprise)
Em seguida – Música e informação

Rio e Teresina ganham recursos externos

Também foram aprovados ontem, pela CAE, dois pareceres favoráveis à contratação de operações de crédito externo, sendo uma para o estado do Rio de Janeiro e a segunda para financiar parte do Programa de Modernização da Infra-Estrutura do Setor de Ciência e Tecnologia. As matérias ainda serão submetidas ao plenário.

A CAE aprovou uma emenda de plenário que dá nova redação ao projeto que autoriza operação de crédito, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no valor de R\$ 18,4 milhões, para a prefeitura de Teresina (PI). Pela emenda, os recursos serão usados na modernização da administração tributária e na iluminação pública de Teresina.

O parecer do senador Ramez Tebet (PMDB-MS), lido por Osmar Dias, autoriza a contratação de operação de crédito externo no valor de 18 bilhões de ienes para

financiar parcialmente a modernização da área de ciência e tecnologia. A operação será firmada entre o Brasil e The Export-Import Bank of Japan.

Foi aprovado parecer do senador Francelino Pereira (PFL-MG), lido por Ney Suassuna, que autoriza empréstimo no valor de US\$ 180 milhões, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para financiar o programa "Baixada Viva", que beneficiará a Baixada Fluminense (RJ).

Osmar Dias questionou a tomada de empréstimos para o Rio, já que o estado se encontra bastante endividado, e anunciou seu voto contrário à matéria:

– O governador Garotinho me disse que o estado pagará 26% da receita líquida no próximo ano. Esse processo não está sendo analisado de forma regular por essa comissão. Além disso, não obedece às determinações da Resolução nº 78 – afirmou.

Roberto Saturnino saiu em defesa do parecer, afirmando que o empréstimo representa apenas 1% do total da dívida do estado, de R\$ 22 bilhões. Suassuna também enfatizou a importância do projeto para as camadas mais pobres do estado, observando que o governador do Rio está pagando suas contas em dia. Paulo Souto (PFL-BA), que também votou contra a matéria, falou de sua perplexidade quanto às manifestações contraditórias dos próprios órgãos do governo sobre o assunto.

A comissão aprovou ainda requerimento do senador Jefferson Péres solicitando audiência pública com autoridades, entre elas Martus Tavares, da Secretaria de Planejamento (Seplan), para debater as providências a serem tomadas pelo governo e pelas empresas para enfrentar o *bugdo* milênio – possibilidade de colapso dos sistemas de informática que não forem alterados para "entender" a virada do ano 2000.



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7



Moreira Mendes destacou as potencialidades turísticas da região Norte do país

Moreira cobra apoio a setor turístico da Amazônia

O potencial turístico da região amazônica, em especial do estado de Rondônia, foi destacado ontem em pronunciamento do senador Moreira Mendes (PFL-RO). O senador, que é diretor da Federação Nacional de Turismo, falou sobre a necessidade de a chamada "indústria sem chaminés" obter mais recursos para tornar-se um "setor-chave da economia".

Moreira Mendes disse que o turismo pode ser incrementado em seu estado, particularmente no Vale do Guaporé, onde fica o Forte Príncipe da Beira, construído pelos portugueses em 1776, e no município de Costa Marques (RO), que faz divisa com a Bolívia e possui a "lendária estrada-de-ferro Madeira-Mamoré", que liga Porto Velho a Guajará-Mirim, também na fronteira com a Bolívia.

O senador ressaltou que o governo federal já vem financiando o turismo, por meio do Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (Prodetur) e do Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (Proecotur), que, juntos, já receberam US\$ 880 milhões para investimentos na área.

— Todavia, apesar dos esforços que constatamos e que foram feitos nos últimos anos para desenvolver o turismo no Brasil, devemos admitir que a análise criteriosa nos demonstra que precisamos fazer muito mais — afirmou.

Moreira enfatizou que a indústria do turismo interliga-se com outros setores da economia e estimula o desenvolvimento. "Além de incontáveis benefícios que traz para o país, o setor cria, a médio prazo, milhares e milhares de empregos diretos e indiretos, e, o que é melhor, empregos qualificados", disse o senador.

Marluce pede à Funai para rever demarcação de terras

Senadora defende exclusão de "fazendas centenárias e produtivas" de área a ser demarcada em Roraima

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) pediu ontem ao novo presidente da Funai, Márcio Lacerda, que visite as terras da área Raposa Serra do Sol, em Roraima, para se certificar de que a demarcação de 1,6 milhão de hectares de terras contínuas para reservas indígenas "representa uma injustiça em relação a fazendas centenárias e produtivas, bem como a milhares de brasileiros que habitam vilas e municípios que ficarão incluídos, por inteiro, na reserva".

Para Marluce, nem às lideranças indígenas interessa uma demarcação contínua. "Acredito que a paz voltará a reinar em Roraima se a Portaria 820 for revogada, optando-se por uma demarcação de terras onde fiquem ressaltados, além dos municípios e vilas com perímetros urbanos que permitam seu desenvolvimento, também as áreas produtivas e geradoras de emprego e divisas", disse.

A senadora contou que esteve com o ministro da Justiça, Renan Calheiros, que manifestou disposição para uma saída de consenso ao



Marluce quer a revogação de portaria para que "a paz volte a reinar" em seu estado

impasse criado pela portaria, publicada no último dia 14 de dezembro. "A questão indígena não pode se subordinar a discussões estereis e emocionais. Necessária e urgente é a formulação de uma adequada política indigenista no país. Mais do que demarcar terras, é preciso formular propostas que permitam ao índio o exercício pleno de sua cidadania e o acesso aos frutos do progresso econômico e social", afirmou.

Em aparte, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) disse que a Funai

demarca as terras sem ouvir as autoridades locais e até as comunidades indígenas que pretende proteger. Segundo o senador Ernandes Amorim (PPB-RO), o problema é o mesmo em Rondônia, onde foram demarcados 1,86 milhão de hectares para menos de 100 índios, expulsando fazendeiros, que perderam gado e colheitas.

Também em aparte, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) lembrou que, durante dez anos à frente da Polícia Federal, teve oportunidade de ver de perto o problema indígena. "Não é só uma questão de demarcar terras, o problema é mais grave e abrangente, e fico feliz em ver as bancadas de Roraima e Rondônia unidas, acima de partidos, procurando manter vivo o problema até que surja uma solução que seja boa para fazendeiros e índios", observou.

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) associou-se ao discurso de Marluce e convidou os demais senadores a resolverem a problemática indígena, "pois o Congresso Nacional é o lugar certo para esse debate".



Leomar Quintanilha diz estar mais preocupado com as redes de computadores do setor público

Quintanilha propõe debate na CAE sobre bug do milênio

Em discurso em plenário, o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) propôs ontem que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realize audiências públicas para avaliar o chamado *bug* do milênio.

A expressão é usada para se referir à dificuldade dos programas de computadores de reconhecerem a virada do ano 2000. Sem a adequada reprogramação, ao final deste ano, os computadores — por registrarem somente a dezena do ano — acusariam a chegada de 1900, o que pode acarretar grandes prejuízos, principalmente no setor financeiro.

— São necessários dinheiro e tempo, e o tempo desperdiçado não pode ser recuperado. Estamos a poucos dias do terceiro milênio e o caos pode se instalar no setor público — afirmou Quintanilha.

Segundo ele, o tamanho do problema pode ser medido pelo fato de os Estados Unidos estarem investindo grande volume de recursos para saná-lo, enquanto a Rússia já pediu ajuda aos norte-americanos. Quintanilha lembrou que até mesmo as antigas armas nucleares soviéticas ligadas a computadores podem ficar fora de controle caso o *bug* não seja eliminado.

— A imprensa já acusa o governo federal de não estar preparado para enfrentar o problema. Não estou preocupado com o setor privado, que tem recursos, mas com o setor público, que tem limitações orçamentárias — disse o senador.

Quintanilha saudou o senador Jefferson Péres (PDT-AM) por também ter registrado a sua inquietação com o *bug* do milênio, na última segunda-feira. Ele pediu à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) que realize audiências públicas para avaliar o problema no governo.

Carlos Patrocínio diz que melhorou a distribuição dos recursos para a saúde

A mudança no sistema de custeio de procedimentos e ações de saúde, com a criação do Piso de Atenção Básica (PAB), em 1997, melhorou, na opinião do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), a distribuição dos recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) entre os estados.

— Essa nova concepção de cidadania, fundamentada na participação comunitária, com o objetivo de reduzir as disparidades regionais, precisa ser mais bem divulgada — disse o senador.

O PAB vem substituindo gradativamente o pagamento por produção e a Tabela Única de Preços de Serviços, sistema que, segundo Patrocínio, estimula e facilita as fraudes. O PAB, ao contrário, incentiva a promoção da saúde, concedendo estímulos especiais aos municípios que conseguirem melhorar seus índices sociais, como a redução do número de cesarianas e dos índices de mortalidade infantil.

— Até 1997, 82% dos municípios



Para Patrocínio, novas regras de repasse de verbas "promovem a cidadania e a saúde"

brasileiros recebiam do SUS menos de R\$ 1,00 por habitante para assistência básica. Além disso, as regiões mais ricas, por terem maior capacidade de oferta, tinham maiores gastos *per capita* — avaliou Patrocínio, destacando que, desde a mudança no sistema de repasse de recursos do governo federal, 94% dos municípios do país já se habilitaram a receber os benefícios do PAB, com a criação do Conse-

lho Municipal de Saúde.

Patrocínio destacou que o remanejamento de R\$ 325 milhões no Orçamento de 1999 para o SUS elevou a média nacional *per capita*.

Em aparte, o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) reconheceu a competência de Patrocínio, como médico, para falar sobre o assunto. Mas, para ele, o preço de uma consulta, tabelada pelo Ministério da Saúde em R\$ 2,50, induz o sistema à fraude e inviabiliza o exercício da profissão.

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) elogiou o trabalho de seu colega do Tocantins na Comissão de Orçamento no sentido de distribuir os recursos para a saúde de forma criteriosa. Médico como Patrocínio, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) também aplaudiu o colega, mas lamentou que os recursos para a saúde cheguem às regiões do país de maneira desigual.